

EDUCAÇÃO DE CLASSE E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL: A ESCOLA NOVA E O DISCURSO DA PSICOTÉCNICA

LA EDUCACIÓN DE CLASE Y EL DESARROLLO INDUSTRIAL EN BRASIL: THE NEW SCHOOL Y EL DISCURSO DE LA PSICOTÉCNICA

CLASS EDUCATION AND INDUSTRIAL DEVELOPMENT IN BRAZIL: THE NEW SCHOOL AND THE DISCOURSE OF PSYCHOTECHNOLOGY

Elisabete Gonçalves de Souza¹

RESUMO - Discute o pensamento pedagógico e social da Escola Nova relacionando-o com o projeto liberal-industrializante que entrou em curso no Brasil na década de 1930 impulsionado pelos industriais paulistas. Objetiva mostrar a adesão dos industriais aos fundamentos da Escola Nova, às teses de homogeneização cultural tendo em vista a consolidação da ideologia industrialista e de seu projeto de sociedade. Em termos teóricos e metodológicos trata-se de uma pesquisa pautada nas análises de Gramsci sobre o Estado, sociedade civil e hegemonia. Avança analisando como as lideranças empresariais, imprimiram sua direção às elites políticas, escamoteando seus interesses sob a ótica da neutralidade científica ensejada em discursos em prol da modernidade capitalista, entendida pelos pioneiros da educação nova e seus aliados como a única saída para retirar o Brasil de seu atraso histórico.

Palavras-chave: Escola nova. Empresários industriais. Educação. Hegemonia.

RESUMEN - Discute el pensamiento pedagógico y social de la Nueva Escuela relacionándolo con el proyecto de industrialización liberal que tuvo lugar en Brasil en la década de 1930 impulsadas por los industriales de Sao Paulo. Tiene como objetivo mostrar la adhesión de la industria a los fundamentos de la Escuela Nueva, la tesis de la homogeneización cultural, con miras a la consolidación de la ideología industrialista y su proyecto social. En términos teóricos y metodológicos es un estudio basado en el análisis de Gramsci sobre el concepto de Estado, sociedad civil y hegemonia. Conclui analizar cómo los líderes empresariales, impreso su dirección a las élites políticas, ocultando sus intereses en el discurso de la neutralidad científica y la modernidad capitalista, entendida por los pioneros de la nueva educación y sus aliados como la única manera de eliminar a Brasil de su atraso histórico.

Palabras clave: Nueva Escuela. Empresarios industriales. Education. Hegemonía.

ABSTRACT - This article discusses the pedagogical and social thought of the New School relating it to the liberal-industrialization project which took place in Brazil in the 1930s driven by São Paulo industrialists. Aims to show the accession of the industrial to the fundamentals of the New School, the cultural homogenization thesis with a view to consolidating the industrialist ideology and its social project in theoretical and methodological terms it is a search guided in Gramsci analyzes of state, society civil and hegemony. Advances analyzing how business leaders, printed its direction to the political elites, concealing their interests from the perspective of scientific neutrality occasioned in speeches in favor of capitalist modernity, understood by the pioneers of new education and its allies as the only way to remove Brazil from its historical backwardness.

Keywords: New School. Industrial entrepreneurs. Education. Hegemony.

Educação e industrialização

Ao fazer um levantamento sobre o conjunto de obras elaborado pelos educadores, desde os primórdios da República até 1930, Monarcha (1990, p.69) observa que o pensamento educacional naquele

período tinha uma característica comum: “orientar a ação política tomando como crença a utopia racional”, entendida como negação da luta de classes. Tratava-se de um esforço no sentido de dotar o Estado de uma universalidade capaz de integrar o todo social de acordo com a racionalidade da grande indústria. Tal observação traz dados significativos para entendermos porque o tema da racionalização, bandeira empunhada pela burguesia no sentido de consolidar o projeto industrialista, encontrou farto apoio de frações da classe dominante, principalmente de sua fração liberal oligárquica, cuja maior expressão de apoio foi o engajamento da família Mesquita e depois de Salles de Oliveira através do jornal *O Estado de São Paulo* em defesa da renovação da educação pública brasileira.

Por isso, como destaca Nagle (1985), o aspecto político da alfabetização foi muito mais enfatizado em São Paulo, onde dissidentes do PRP (Partido Republicano Paulista), pregavam a moralização do sistema eleitoral com um objetivo mais amplo a ser atingido: combater a ascensão das oligarquias tradicionais. Nesse cenário batalhar contra o analfabetismo significava mais do que “lutar contra os aristocraciados que sabiam ler e escrever”. Alfabetizar significava proporcionar a aquisição de direitos políticos; ampliar as bases eleitorais das massas urbanas, contrapondo-se ao tradicionalismo ruralista, impondo o tema da industrialização como o novo modelo para a ampliação da acumulação capitalista no Brasil.

Nesse contexto, a criação do Partido Democrático, em 1926, serviu para congregar a maioria dos grupos dissidentes em torno de um programa de reformas, em que a educação desapontava como questão primordial. Segundo (MICELI, 1979, p. 6) “tanto a Liga Nacionalista como o Partido Democrático pretendiam transformar-se em porta-vozes da fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural”. É daí que advém a posição de força relativa de que o chamado 'grupo do Estado' dispunha enquanto baluarte do liberalismo oligárquico o que levou esse autor a chamá-los de “empresários culturais”, atuando como verdadeiro partido em defesa do projeto liberal-industrializante.

Como ressaltou De Decca (1992), anular a oposição entre sociedade política e sociedade civil posta pelo liberalismo exigia uma redefinição da própria concepção de Estado. Significava concebê-lo como atividade teórica e prática de uma classe no domínio da sociedade o que supunha, então, “superar a ideia de que a sociedade civil seja exclusivamente a esfera do mercado de bens materiais e entendê-la como esfera privilegiada da produção de valores - fundamentais para a reprodução do poder -, como um conjunto de agências e instituições capazes de garantir a coesão social para o exercício do poder político” (DE DECCA, 1992, p. 139). Nesse sentido, tanto o exercício da coerção e a regulamentação, assim como a produção dos valores sociais capazes de manter o consenso entre as classes sociais, faz parte da “guerra de posição” travada externamente e internamente entre as classes na disputa pela hegemonia. Nesse momento articula-se um conjunto de atividades, como a de aderir um projeto educacional que expresse seus interesses econômicos, mas que garantisse, sobretudo, o seu domínio sobre os outros agentes da sociedade.²

Dessa forma, foi-se esboçando gradativamente um projeto cultural que se pretendia portador da modernidade: a Escola Nova. Como parte desse projeto, em 1926, “*O Estado de São Paulo*”, por iniciativa de Júlio de Mesquita Filho e sob a direção de Fernando de Azevedo, promoveu um inquérito

sobre a instrução pública naquele estado. Inquirido este que se constituiu em peça fundamental da campanha desencadeada pelo jornal reivindicando a realização de uma reforma educacional no estado.

A força desta campanha culminou em 1932 com a elaboração de um Manifesto de âmbito nacional, em defesa de uma escola nova, cuja pedagogia propunha a formação de um homem novo e de uma nova organização social de acordo com as modernas exigências do século XX. Dessa maneira, o descompasso entre o Brasil e as demais nações industrializadas deixaria de existir. “Para os educadores renovadores, a reorganização da sociedade era fruto da atividade científica: livre, desinteressada e racional. A ciência expressava a superação definitiva da política partidária” (MONARCHA, 1990, p.70).

Em seu conjunto doutrinário a Escola Nova procurou lançar as bases positivas da educação brasileira através da ideologia da homogeneização cultural tomando como marco as experiências da educação liberal de países centrais, que dado o seu amplo espectro contemplava, inclusive, tomada as devidas proporções teóricas, as lutas históricas dos trabalhadores brasileiros em prol da universalização da educação pública. Segundo Monarcha (1990, p. 69-70) a ideologia da homogeneização cultural:

Criava as condições necessárias para reorganizar o poder e reproduzi-lo, impondo o domínio burguês sobre o conjunto da sociedade [...] Propunha a formação de um homem novo e de uma nova organização social de acordo com as modernas exigências do século XX. Dessa maneira, o descompasso entre o Brasil e as demais nações industrializadas deixaria de existir. O legado cultural desses intelectuais delimitou o solo sobre o qual se discute a relação entre educação e sociedade no Brasil.

Ao lado da tese da homogeneização cultural é tecida a tese da equalização social. Segundo Saviani (1983) a ideia-força que orienta o pensamento pedagógico da Escola Nova é a crença no poder da escola, na sua função de equalização social. Diferente do que pensavam os teóricos da escola tradicional, a marginalidade deixava de ser vista predominantemente sob o ângulo da ignorância, sendo o marginalizado não o ignorante, mas o rejeitado, aquele que não estava integrado à sociedade. A ilustração deixava de ser o dado predominante para distinguir as diferenças sociais, pois o que importava era a forma como o indivíduo se sentia “aceito pelo grupo e, através dele, pela sociedade em seu conjunto” (SAVIANI, 1983, p. 7) Nesse contexto, a educação emerge como um instrumento de correção dessas distorções.

[...] constitui uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social. Sua função coincide no limite, com a superação do fenômeno da marginalidade. Enquanto esta ainda existir, devem se intensificar os esforços educativos; quando for superada, cumpre manter os serviços educativos num nível pelo menos suficiente para impedir o reaparecimento do problema (SAVIANI, 1983, p.8).

Forja-se, no interior da sociedade, uma pedagogia que advoga um tratamento diferencial a partir da "descoberta" das diferenças individuais, sejam elas de cor, de raça, de credo ou de classe – tese defendida pela pedagogia tradicional - mas também pelas diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber; no desempenho cognitivo. De acordo com essa teoria, “marginalizados são os ‘anormais’, isto é, os desajustados e desadaptados de todos os matizes”. Mas a "anormalidade", como ressalta Saviani em sua crítica, por mais que pareça paradoxal não é vista pelos renovadores como algo negativo, pois é entendida como um fenômeno natural. Mas essa naturalização tinha limites, daí a importância instrumentalizadora da educação, ajustando, adaptando os indivíduos à sociedade, “incutindo

neles o sentimento da aceitação dos demais pelos demais” (SAVIANI, 1983, p.7-8) de modo que todos sejam respeitados em suas individualidades.

Nessa direção a pedagoga Noemy Silveira, signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, apresentou na Revista IDORT (1933, p. 95) um amplo estudo no qual propunha a reestruturação das classes escolares, segundo o modelo da organização científica do trabalho desenvolvido nas fábricas. A proposta era a de homogeneizar as classes escolares a partir da classificação dos alunos segundo suas capacidades: classes de rápido progresso, progresso normal e progresso lento. Os critérios para a composição dessas classes deveriam ser os testes de inteligência (Q.I.) e outros testes psicológicos, que eram justificados da seguinte maneira: “auxiliar a melhorar o estudo e a controlar as observações do comportamento, eliminar as arbitrariedades e a inadequação de critérios de julgamento, habilitar a chegar aos fatos mais rapidamente do que qualquer outro processo permitiria, estabelecer objetivos e medir resultados.

Em termos de pensamento educacional, pode-se dizer que com o advento da Escola Nova o eixo sob o qual se movia a questão pedagógica deslocou-se “do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos cognitivos para os métodos ou processos pedagógicos [...] de uma pedagogia de inspiração filosófica centrada na ciência da lógica para uma pedagogia de inspiração experimental baseada principalmente nas contribuições da biologia e da psicologia” (SAVIANI, 1983, p. 8).

No campo político estrito senso, a reforma educacional de 1930 buscou responder a uma questão fundamental: como reorganizar o poder de modo a garantir o funcionamento da ordem liberal democrática num contexto de crise de hegemonia? Nesse contexto, instrução pública, ao lado de uma legislação que regulasse as relações entre o trabalho e o capital, como veremos no próximo item, permitirá o surgimento de formas de sociabilidade estáveis eliminando-se as ações imprevisíveis e incompatíveis com o ideal de regularidade social. Mas, como fazê-lo se a permanência das formas de sociabilidade precária impedia a transição dos homens da condição de seres naturais para a de seres políticos? Como desmistificar o pensamento ideológico e libertar a inteligência dos tabus, superstições, paixões e mitos? Para resolver estas questões os renovadores foram buscar suportes epistemológicos na ciência sociológica e na psicologia experimental. Um discurso que propugnava o ingresso do Brasil na modernidade capitalista e que omitia o elemento fundador e constituinte da sociedade burguesa: a luta de classes.

Nessa operação ideológica, ao negarem a história enquanto história da luta de classes, os reformadores contribuíram de forma decisiva para o aprimoramento da dominação, produzindo - dentro de seus limites - uma prática social mobilizadora, fundada na cooperação, na harmonia entre as classes, em que os conflitos aparecem não como decorrentes da divisão do social em classes, mas “como consequência do relacionamento de três classes sociais proprietárias, tendo cada uma a contrapartida pelo seu labor: ao capital, o lucro; à terra, a renda; ao trabalho, o salário; ou seja, a atividade econômica surge sob a forma trinitária do capital” (MONARCHA,1990, p.77). Nessa reconstrução, a moral burguesa do trabalho introduziu uma nova positividade: o domínio da natureza é a condição para a felicidade coletiva, por isso era preciso construir e edificar o progresso.

Como arcabouço ideológico de moralização do mundo do trabalho, os educadores renovadores utilizaram como meio de persuasão as imagens do universo urbano-industrial. A fábrica era a estratégia adotada para “vencer o atraso social, econômico e moral da Nação; a ética do trabalho industrial o meio para vencer a indiferença do povo perante o novo que despontava” (MONARCHA, 1990, p. 78).

Essa indiferença ao novo, aos avanços das ciências aplicadas ao trabalho industrial, é lamentada por Roberto Simonsen (1933), presidente da FIESP. Para ele o atraso econômico e técnico do Brasil residia no fato de nossas elites não se abrirem ao progresso, às inovações da ciência e da técnica, pelo contrário, as riquezas proporcionadas pela monocultura “obscureceram em nossos homens de governo a visão precisa das verdadeiras condições de precariedade e atraso, em que jazia a maior parte do país” sendo os seus dividendos direcionados à instalação de “instituições políticas copiadas da civilização ocidental e à proliferação de um bacharelismo que cultivava a criação de uma casta política de administradores inteiramente divorciada da verdadeira realidade social e econômica da maioria do país” (SIMONSEN, 1933, p.18).

Em face de tais críticas, a racionalidade imediata que comandava a atividade fabril converteu-se em modelo de organização social, para a qual contribuiu positivamente a pedagogia da escola nova. Segundo Anísio Teixeira, um dos principais intelectuais desse movimento:

O método experimental reivindicou a eficácia do pensamento humano. [...] Porque, graças a ele, ganhou-se o governo da natureza e dos elementos a fim de ordená-los para maior benefício do homem [...] A segunda grande diretriz da vida moderna, é o industrialismo como nova visão intelectual do homem, também filho da ciência e da sua aplicação à vida [...] A "grande sociedade" está a se constituir e o homem deve ser preparado para ser membro responsável e inteligente desse novo organismo [...] A terceira grande tendência do mundo contemporâneo, é a tendência democrática. Democracia é, essencialmente, o modo de vida social em que cada "indivíduo conta como uma pessoa". O respeito pela personalidade humana é a idéia mais profunda dessa grande corrente moderna (TEIXEIRA, 1934, p.28).

Dessa citação podemos depreender que para o pensamento reformador é da ciência e da técnica que advém as grandes diretrizes da vida moderna. Nesse contexto o projeto liberal-industrializante explicita um novo saber científico que desqualifica os possíveis projetos históricos alternativos elaborados por outras classes sociais, na medida em que não exprimem as diretrizes dos tempos modernos, mas o pensamento ideológico, estando de antemão, segundo a lógica da racionalidade instrumental, fadados ao fracasso. Em outras palavras, era preciso subordinar o mundo do trabalho à racionalidade da grande indústria e a ela toda a sociedade, caso contrário o Brasil não seria capaz de acompanhar as mudanças que ocorriam no mundo.

Como a vanguarda esclarecida os educadores reformadores teceram um discurso sobre o homem e a sociedade idealizados. Uma sociedade edulcorada que reconciliava o homem consigo mesmo, que necessitava da cooperação das classes e do fim das hostilidades e conflitos de modo a alcançar o pleno desenvolvimento das forças do progresso. Os princípios e diretrizes da modernidade estavam comprometidos com a homogeneização do universo social, com o apagamento das diferenças e com o ocultamento das contradições sociais. Daí a necessidade da criação de um sujeito universal, cunhado à semelhança do burguês ilustrado, dotado de autonomia, capaz de conduzir o processo histórico, pois “só

o saber produz virtudes e cria as condições necessárias para a ascensão e emancipação da espécie; a ignorância produz a iniquidade e a opressão despótica” (TEIXEIRA, 1934, p.28).

Assim, a escola como instituição pública, deveria “preparar as gerações não para a vida social, segundo uma representação abstrata, mas para a vida social do seu tempo [...] transmudando a escola popular não apenas num instrumento de adaptação (socialização), mas num aparelho dinâmico de transformação social” (AZEVEDO, 1950, p. 17). Como veículo disseminador dos ideais de modernidade e progresso, cabe à escola determinar a interpretação que os diferentes sujeitos fazem de si mesmos e dos outros no interior do modo de produção, já que os conflitos tornaram a realidade social caótica “a escola surge como uma agência especial e expressa para produzir um resultado que a direta participação na vida social tornou-se, devido à sua complexidade, precária ou impossível [...]. Educar é definir, focalizar e coordenar os movimentos para uma resposta justa e apropriada (TEIXEIRA, 1928, p. 14).

Segundo Lourenço Filho, a crescente cientificização do real, exigiu a revisão em extensão e profundidade das bases da educação da escola nova que segundo sua interpretação deveria ser entendida como:

[...] um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação; de outro, as bases de aplicação da ciência à técnica educativa. Tais tendências nasceram de novas necessidades, sentidas pelo homem, na mudança de civilização em que nos achamos e são mais evidentes, sob certos aspectos, nos países que mais sofreram, direta ou indiretamente, os efeitos da conflagração européia. Mas a educação nova não deriva apenas da grande guerra. Ela se deve, em grande parte, também ao progresso das ciências biológicas, no último meio século, e, em particular, ao espírito objetivo, introduzido no estudo da ciência do homem (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 72).

São nas bases positivas das ciências biológicas, mais precisamente na psicologia que a pedagogia científica desenvolve seus enunciados e metodologias. Nesse contexto, a ordem funcional edificada pela ação científica implicava a percepção do social como composto de fatos e coisas, “acabando por reificar as concepções de homem e sociedade, transformando-os em matéria plástica e seres administráveis” (MONARCHA, 1990, p. 85).

O discurso cientificista dos renovadores encontra eco junto aos industriais constituindo-se uma das matrizes teóricas do fundamentalismo industrialista, que colocará a fábrica moderna (taylorista/fordista) como a salvadora da pátria atrasada, sob a qual pesava o “enciclopedismo técnico que não permite ao engenheiro acompanhar e aperfeiçoar os métodos, as pesquisas e as aplicações determinadas pela arrancada vitoriosa das ciências” (LODI, 1944, p.21). Nesse sentido, podemos identificar o movimento desencadeado pelos renovadores como “um projeto acabado de transição social em direção à modernidade capitalista” (ibid). Por isso, no próximo item procuraremos aproximá-los dos debates em torno da organização científica do trabalho, em que destacamos Lourenço Filho e Roberto Mange, especialmente seus estudos sobre psicotécnica. Cabe ressaltar que apesar de não estar diretamente ligado ao campo da educação para o trabalho, Lourenço Filho foi filiado ao IDORT, e participou de cursos sobre o tema ao lado de Roberto Mange, engenheiro, criador do Centro Ferroviário de Seleção e Orientação Profissional e primeiro diretor do SENAI, um defensor das teses dos renovadores, e que não assinou o manifesto por ser um intelectual orgânico da burguesia industrial cujo lema era “fazer política

sem ser político”. São esses dois intelectuais com os quais dialogaremos a seguir para compreender a trama: poder, política e educação.

A psicotécnica e a organização da produção

A instauração da ordem industrial pressupunha remodelar valores e costumes, quer para as classes dominantes, quer para as camadas populares. Este remodelamento deveria ser feito sob a bandeira da racionalização. Para tanto, a racionalidade taylorista e fordista, como método de disciplina sobre a força de trabalho, lançou mão de uma complexa organização pautada em objetivos gerenciais, unidade de comando, hierarquia, divisão de funções, reciprocidade de obrigações, visando sempre aumentar a extração de mais-valia.

Justificar esse esquema a partir do discurso científico se enquadrava perfeitamente nos objetivos da burguesia industrial, já que sob o véu da razão e da ciência era possível enfatizar o discurso da neutralidade: trata-se de fazer do trabalho uma ciência e de praticá-lo cientificamente (WENSTEIN, 2000). Dessa maneira, a razão tornou-se mais uma ideologia instrumentalizada para servir aos desígnios da dominação, contribuindo para o sucesso dessa experiência os estudos no campo da psicotécnica.

A relevância desta temática levou Lourenço Filho (1929), no prefácio do livro de Leon Walther, *Techno-psicologia do trabalho industrial*, ao discorrer sobre as contribuições da psicologia na aceleração do processo de industrialização do Brasil fazer a seguinte observação:

Nada mais característico de nossa época que a aplicação da ciência a toda atividade humana. Essencialmente experimentalista e pragmático, o homem de hoje tudo procura submeter ao domínio da experiência sistematizada, à verificação e controle científico. Essa tendência se manifesta no campo social, nas novas formas de educação, de prevenção do crime de organização tributária. Mas é ainda no terreno econômico que encontra seus mais prementes problemas. Na verdade, o estado em que se veio a encontrar o mundo, depois da Guerra européia, impôs aos povos cultos a necessidade de maior e mais rápida produção, para contrabalançar, tanto quanto lhes fosse possível, o desequilíbrio dos mercados. (LOURENÇO FILHO, 1929, p.3)

Segundo Motta (2004) após a Primeira Guerra Mundial há uma intensificação do intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil em termos de conhecimento e de tecnologia. Industriais como Jorge Street, Roberto Simonsen e Paulo Nogueira Filho além de técnicos como Oliveira Ramos, esse último ligado à Escola Politécnica (SP), viajam para os Estados Unidos para conhecer os sistemas modernos de organização do trabalho baseados na psicometria e nos processos de gerenciamento fundamentados nos progressos científicos da psicologia.

Nesse contexto se destaca os estudos de Taylor, relatados em 1911, em seu famoso livro “Princípios da Administração Científica”, em que propõe a racionalização da produção, a economia de tempo, a supressão de gestos e comportamentos desnecessários no processo produtivo. Segundo Motta (2004) os princípios propostos por Taylor não eram inéditos, inclusive, muitos dos procedimentos sugeridos por ele já eram empregados, “mas a proporção usada, o emprego sistemático, a aceleração do ritmo, processo de mecanização do movimento com simplificação e padronização, são algumas das novidades criadas” (MOTTA, 2004, p. 95) o que fez com que a racionalização científica tivesse rápida

disseminação pelo mundo industrializado, principalmente durante a crise de penúria dos tempos de Guerra e Pós-Guerra.

Na França a doutrina de Taylor foi ampliada por Henri Fayol, registrada no livro “Administração geral e industrial”. Suas teses dão ênfase à administração da empresa no seu conjunto através do desenvolvimento de estrutura hierárquica, colocando chefias em todos os escalões. Sua teoria divide a atividade de gestão em seis funções: administrativa, técnica, comercial, financeira, contábil e previdenciária, além de indicar a implantação de cursos preparatórios para os futuros chefes. Complementam essa nova visão psicológica do trabalhador e sua relação com o trabalho, os resultados das pesquisas nas fábricas de automóvel Ford, publicadas Henry Ford em 1922 no livro “Minha vida, meu trabalho”, em que descreve procedimentos para aumentar a produtividade e diminuir o tempo de produção.

Para além das questões do ordenamento da produção visando à ampliação da acumulação primitiva, o tema da racionalização também esteve presente nos debates em torno do enfrentamento das questões sociais entre capital e trabalho, no que diz respeito à organização do mercado e à qualificação da força de trabalho. Segundo Motta (2004) entre 1920-1930, para a expansão da indústria, o mercado de trabalho necessitava de mão-de-obra adequada aos novos ofícios, mas o país apresentava oitenta e cinco por cento da população analfabeta. Diante dessa realidade emergencial o Estado tomou para si a tarefa de educar para o trabalho, para posteriormente poder selecionar trabalhadores para as novas necessidades da indústria.

Ramos de Azevedo (1925) em artigo intitulado “Escolas Profissionais Mecânicas” descreve a formação das escolas profissionais, situando-as no quadro conjuntural do início do século, em que a acumulação do capital financeiro, comercial e industrial concentrados nas mãos da burguesia rural e urbana, basicamente na Região Centro-Sul, traduz um crescimento desigual, típico do modo de produção capitalista ao qual o Brasil estava subordinado e começava a se reproduzir internamente e para o qual a educação despontava como a solução.

Devido às profundas transformações sociais e à desmoralização evidente da nossa época, a manutenção da indústria, um dos fatores primordiais da preponderância de um país, tornou-se um problema essencialmente psicológico-social. [Por isso] para compensar o desfalque de tempo e de trabalho e as suas conseqüências econômicas, é necessário procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido, todo o movimento inútil seja eliminado, [para que se possa] produzir melhor em um lapso de tempo mais curto (AZEVEDO, 1925, p. 430-40).

As palavras de Ramos de Azevedo mostram o quanto para as classes produtoras em especial as urbanas, cuja a inversão maciça de capital ampliava e diversificava a grande indústria, a aceleração da formação dos trabalhadores brasileiros se colocava como urgente. Nesse cenário Mange apontou como saída o “aproveitamento racional das aptidões físicas psicofísicas” evidenciadas pelos testes de seleção e ensino racional.(MANGE, 1956, p. 5-7). Essa metodologia foi largamente aplicada em todas as escolas profissionais, dentre as quais se destaca o SENAI. O entusiasmo dos industriais com o tema é expressivo conforme demonstra Eivaldo Lodi, então presidente da CNI, ao falar do futuro da juventude trabalhadora.

As futuras gerações obreiras não se encaminharão, ao acaso, para a primeira fábrica que encontrarem. Receberá, previamente, adequado ensino técnico profissional, de conformidade com a legítima vocação de cada um. É a psicotécnica em plena ação, sentindo, inspirando e consolidando as tendências sãs, com objetivo econômico, bem como encaminhando, corrigindo e reeducando os desviados (LODI, 1944, p. 19).

Segundo Antonacci (1985, p. 37) os métodos e os instrumentos da Psicologia e da Psicologia Industrial complementam os objetivos do taylorismo, “formando trabalhadores para o novo tipo de trabalho e os novos níveis de uso da sua força de trabalho, e eliminando aqueles que não se conformassem a estas normas e padrões”.

Como destaca Motta (2004, p.101) a psicotécnica oferecia medidas e instrumentos científicos “neutros” e confiáveis que garantiam aos “representantes do poder público e privado” que o Brasil possuía as condições de ter em suas linhas de produção “um trabalhador cientificamente adequado às exigências de máxima eficiência com o mínimo de resistência”.

A proposta era dar um novo conteúdo ao trabalho, atualizar esse conceito, produzir novas práticas de ensino e de profissionalização, fazer do brasileiro um novo trabalhador apto a enfrentar o desafios das tecnologias que se impunham à grande indústria. Para chegar a essa meta os industriais contavam com dois instrumentos: os incentivos financeiros – ampliação das margens salariais – e a psicotécnica como ciência básica capaz de selecionar os trabalhadores pelas aptidões através da análise das tarefas, da análise das tendências e disposições de cada candidato, dando-lhes os procedimentos adequados para selecionar e distribuir os aprendizes nas máquinas e ferramentas. Segundo Mange (1956), esses testes permitiam encontrar “o homem certo para o lugar certo”, o que significava também trabalhadores dóceis prontos a aceitar as normas e orientações das chefias.

A aplicação da psicotécnica tinha como objetivo final captar o saber dos ofícios. Seus métodos envolviam o estudo dos tempos e movimentos, a cronometragem dos seus elementos e sua decomposição em tarefas mais simples, o que facilitava a escolha da melhor ferramenta para que o trabalho fosse feito em menor tempo, com menor custo, portanto, com maior lucro. No campo da educação profissional a influência da psicotécnica se dá por meio da instrução racional, baseada nas séries metódicas em que alunos aprendiam uma ocupação por meio de tarefas e operações, com exercícios de dificuldades crescentes, sob a orientação e demonstração de instrutores. A proposta era dar um novo conteúdo ao trabalho, atualizar esse conceito, produzir novas práticas de ensino e de profissionalização, fazer do brasileiro um novo trabalhador apto a atuar na grande indústria.

[...] a indústria moderna, atualmente exige uma verdadeira plêiade de sábios e instrutores para estudarem os melhores processos e aperfeiçoamento dos produtos; laboratórios técnicos com as últimas descobertas no ramo científico para poder acompanhar a concorrência; de verdadeiros peritos organizadores não só da parte comercial, mas da produção em geral; e, finalmente, de empregados e operários selecionados mediante aos últimos processos da tecnopsicologia, a fim que a organização possa estar certa que conta com os melhores elementos possíveis de se obter no local onde a indústria se acha (OLIVEIRA, 1932, p.28).

Sob esse aspecto, o ensino racional desqualificou o trabalhador e seu saber-fazer, criando a necessidade da passagem do operário por um aprendizado não-artesanal, com o objetivo de torná-lo disciplinado, habilidoso, produtivo e dócil, com auxílio da orientação e seleção profissional.

Um dos primeiros relatos sobre a aplicação da psicotécnica como instrumento para a seleção profissional foi feito por Roberto Mange, ainda como diretor do CFESP³ - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, em 1936, em que a definiu como ciência “capaz de garantir o êxito da seleção e formação profissionais, provedora de todos os elementos capazes de proporcionar um conhecimento preciso das características individuais de ordem psicofísica e de aptidão funcional” (MANGE, 1956, p.30).

De acordo com os artigos publicados na Revista IDORT, os teóricos da organização racional entendiam a profissionalização de forma mais ampla, não se restringindo ao ensino profissional. Ou seja, a profissionalização envolveria, para eles, orientação, seleção e formação. A orientação profissional seria necessária para ajustar as aptidões individuais ao mercado de trabalho; a seleção profissional garantiria a destinação das pessoas às atividades em que fossem mais produtivas, evitando o desperdício humano; e, a formação profissional deveria ser baseada no ensino racional que conduziria à eficiência e maior produtividade.

Para Salvadori (2006) os processos de seleção e a psicotécnica promoveram uma leitura da juventude operária que buscava “individualizar e desqualificar o trabalhador submetendo-o no processo de recrutamento a todo um sistema de classificação cujos critérios lhe eram alheios, porém impostos como verdadeiros já que oriundos de conhecimentos científicos” (p.5027). Estratégias de poder próprias da modernidade que, pautadas por um padrão de ciência e de racionalidade, justificavam-se e ganhavam legitimidade à medida que o projeto industrialista se consolidava. O objetivo era dar uma nova identidade à classe trabalhadora que se sobrepunha àquela forjada nas oficinas, na relação mestre-aprendiz, pautada pela identidade entre trabalho e educação. Identidade esta que, construída a partir do ingresso nos cursos de formação, tinha como referência os atributos e as qualidades individuais de ordem cognitiva, emocional e física, tais como: desenvolvimento mental, habilidades motoras, acuidade visual, rapidez de gesto, etc. fundamentais para o bom desempenho da atividade produtiva, que tinha nas séries metódicas, sua maior inovação.

Wenstein (2000, p.25), em suas análises sobre o tema, destaca que o interesse maior do empresariado era difundir uma nova ética junto às classes trabalhadoras. Em primeiro lugar, para desqualificar sua própria cultura, e em segundo lugar, para criar o chamado “novo- homem”: dócil, disciplinado, colaborador, patriota, etc. Dessa maneira, tanto a seleção profissional como a instrução configuravam-se num processo extremamente importante para a burguesia industrial, pois se, de um lado, as aptidões profissionais constituíam indícios de alto valor, garantia de êxito na profissão, “não menos importante [seria na seleção do trabalhador] levar-se na devida consideração um exame físico-psicológico, [de modo a medir] o poder de adaptação ao meio, as condições sociais, as tendências caracterológicas, enfim - o conjunto da personalidade” (MANGE, 1932, p.17).

Nesse contexto, a organização científica do trabalho, e sua extensão a outras instituições como a escola elementar e profissional, tal como propunham os renovadores da educação nova, surge como um arcabouço teórico a dar conta tanto da dimensão econômica como da questão ética e moral, pois disciplina as leis econômicas sem deixar de lado a questão social, colocando sob bases naturais os

problemas das desigualdades entre as classes, ao mesmo tempo em que procura explicá-los através da ciência e da técnica.

Considerações finais

Na lógica do projeto liberal-industrializante, a homogeneização da escola primária tal como defendiam os reformadores da escola nova significava muito mais do que ampliar as bases eleitorais às massas urbanas, contrapondo-se ao tradicionalismo ruralista significava impor o tema da industrialização como o novo modelo para a acumulação capitalista no Brasil. Nessa direção a escola liberal é vista como um lugar de disseminação de valores da cultura urbana e industrial, um aparelho de hegemonia para manter o consenso ativo das demais frações de classe ao novo projeto de sociedade. Para a burguesia industrial o projeto educacional da Escola Nova expressava não só os seus interesses econômicos, mas garantia, sobretudo, seu domínio sobre os outros agentes da sociedade à medida que colocava a racionalidade técnica acima das questões políticas, proporcionando aos empresários uma área de conforto marcada pela neutralidade do discurso científico, permitindo-lhes “fazer política sem ser políticos”, inclusive, buscar o apoio das oligarquias agrárias ao projeto industrialista.

No campo da educação profissional, a psicotécnica complementava os objetivos do taylorismo adequando a força de trabalho aos novos níveis de extração da mais valia além de difundir uma nova ética junto às classes trabalhadoras, que desqualificava a cultura operária, marcada pela identidade entre trabalho e educação para criar o chamado “novo-homem”: dócil, disciplinado, colaborador, patriota, etc.

Em síntese: ao longo desse estudo procuramos compreender a extensão do projeto de organização científica do trabalho que contagiou os educadores e os industriais brasileiros na década de 1930. Analisamos as relações de força sob as quais se consolidou o projeto industrialista no Brasil, de modo a demonstrar que a racionalização era mais do que uma resposta instrumental aos desafios impostos pela mecanização da produção; mais do que uma estratégia usada pelos patrões para disciplinar trabalhadores e submetê-los à sua autoridade. Ela envolvia um projeto político, um projeto de poder que tinha São Paulo como o grande centro irradiador e que colocava em cena de forma definitiva a burguesia industrial como classe hegemônica.

A criação de aparelhos de hegemonia como o IDORT foi a estratégia usada pelos empresários para alavancar a indústria sem entrar em conflito com as demais frações da classe dominante, tendo em vista sua fragilidade político-partidária face ao poder das oligarquias regionais. O pensamento pedagógico da Escola Nova vai ao encontro da vontade, que havia no Brasil de acelerar a industrialização. Acreditava-se que através a escolarização poder-se-ia superar as desigualdades sociais e promover a mobilidade social, cabendo à escola pública de nível elementar preparar os trabalhadores de forma homogênea e encaminhá-los para o ensino diferenciado, profissional, em que seriam avaliados por métodos e instrumentos da psicologia industrial (psicotécnica) para que, de acordo com suas aptidões e talentos, ocupassem seus devidos lugares na produção, além de adequá-los ao ritmo e à cultura do trabalho industrial Conforme Saviani (1989), a Escola Nova defendia a educação pública, dentro dos limites de expansão suportáveis

pelos interesses dominantes e desenvolvia um tipo de ensino adequado ao projeto liberal-industrializante em curso. Por isso, ao mesmo tempo em que aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites, forçou a baixa da qualidade do ensino destinado às camadas populares, por descuidar-se das disciplinas formativas em favor do adestramento para o trabalho simples.

Referências

- ANTONACCI, M. A. **A vitória da razão**: o Instituto de Organização Racional do Trabalho. 1985. 264 f. Tese (Doutorado). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.
- AZEVEDO, Fernando. **Novos caminhos e novos fins**: a nova política de educação no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1950.
- AZEVEDO, Ramos de. Escolas Profissionais Mecânicas **Rev. da Politécnica**, São Paulo, vol. 77, p. 439-464, 1925.
- DE DECCA, Edgar. **1930 – O silêncio dos vencidos**. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques, Rio de Janeiro Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. V. 4. P. 241-282.
- _____. O moderno príncipe. In: _____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. Parte I, p. 3-112.
- LODI, Euvaldo. A escola de Minas de Ouro Preto: suas responsabilidades em face ao desenvolvimento do Brasil. Discurso pronunciado na Escola de Minas, em 12 de outubro de 1944. In: _____. **Discursos e conferências**. Rio de Janeiro: CNI, 1954.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Originalmente publicado em 1929.
- MANGE, Roberto. Evolução da psicotécnica em São Paulo. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, ano 8, mar. 1956
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.
- MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão**: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- MOTTA, Júlia Maria Casulari. **Fragmentos da história e da memória da psicologia no mundo do trabalho no Brasil**: relações entre industrialismo e psicologia. Campinas, 2004. 239 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; EDUSP, 1985.
- OLIVEIRA Francisco Sales de. Sistemas de trabalho e sua aplicação **Revista IDORT**, São Paulo ano 1, p. 28-34, abril/maio 1932
- SALVADORI, Maria Ângela Borges. A presença da psicologia em processos de seleção e formação profissional entre os anos 1930 e 1940. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, MG: UFU/FACED, 2006
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.
- _____. SAVIANI, D. A filosofia da educação e o problema da inovação. In: GARCIA, W.E. (Coord.). **Inovação educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1989.
- SILVEIRA, Noemy. Da homogeneização das classes escolares. **Revista IDORT**. São Paulo, v.2, n.16, 1933.

SIMONSEN, Roberto. Discursos... 1933. In: _____. **Ensaios sociais, políticos e econômicos**. São Paulo: FIESP, 1943.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos americanos de educação**. Salvador: Tip. São Francisco, 1928. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>>

_____. **Educação progressiva: uma introdução à filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1934.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil: (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

Notas:

¹ Professora do Departamento de Ciência da Informação. Realiza estudos e pesquisas nas áreas de história da educação, informação, cultura e sociedade. Email: elisabetes.souza@gmail.com

² Gramsci (1988) em sua obra “Maquiavel, a política e o estado moderno” explica a superação da concepção de Estado fundada na oposição entre sociedade política e sociedade civil, própria do liberalismo. Isso é possível na medida em que o estado possa ser “educador” e “ético”. De acordo com o pensador italiano, “cada Estado é ético por quanto uma de suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível, cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, a escola como função educativa e positiva e os tribunais como função educativa repressiva, são as atividades estatais mais importantes em tal sentido. Mas, em realidade, até se lograr tal fim existe uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades denominadas privadas, que formam o aparato de hegemonia política e cultural das classes dominantes” (Ibid. p.145).

³ O Serviço de Psicotécnica do CFESP trabalhava com uma grande quantidade de testes a partir dos quais era estabelecido o perfil psicotécnico do aluno, com a atribuição de notas que variavam de zero a dez. As fichas gerais dos alunos continham um resumo da ficha médica e da ficha social além de informações sobre os pais e espaços para outras observações. Tais informações eram chamadas por Ítalo Bologna (1942) de “investigação social”, vocabulário muito próximo àquele usado pela polícia, indicando, conforme ressalta Salvatori (2006) uma criminalização das classes populares.

Recebido em: 11/11/2015

Aceito em: 13/06/2016